



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 131 - Junho 2008

NOSSA OPINIÃO

- O alto custo do consumo excessivo de papel

O ESBANJAMENTO DO PAPEL: UM ASSUNTO POLÍTICO

- Apelo à literatura e ao jornalismo por um papel socialmente e ambientalmente limpo
- Breve vídeo sobre os impactos do consumo de papel excessivo
- Papel, papel em toda a parte...
- "Shrink": uma nova campanha para deter o absurdo do consumo excessivo de papel
- A Confederação de Indústrias Papeleiras Europeias e seu "País das Maravilhas"

COMUNIDADES E FLORESTAS

- África: Soberania Alimentar ameaçada pela AGRA
- Índia: uma história de conservação não- participativa na Reserva de Tigres de Buxa
- Malásia: o caminho da extração madeireira que leva às monoculturas de árvores em Sarawak
- Peru/ Brasil: o direito à autodeterminação dos povos em isolamento voluntário

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Chile: os "escravos modernos" do "boom florestal"
- Costa do Marfim: floresta dos Pântanos de Tanoé está sendo destruída pelas plantações de dendezeiros da Unilever/Palm-Ci
- Indonésia: matança pela Perhutani nas plantações de teca em Java oriental – uma noção duplamente corrompida de manejo florestal conjunto
- Uganda: milhares de nativos despejados do Parque Nacional Monte Elgon, certificado pelo FSC

NOSSA OPINIÃO

- O alto custo do consumo excessivo de papel

Ao analisar os processos de destruição ambiental, identificam-se, geralmente, uma série de causas, que se classificam em diretas e em subjacentes. Por exemplo, uma das causas diretas da destruição de florestas é sua conversão em monoculturas de soja (Brasil, Paraguai), de dendezeiros (Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, Colômbia), de pinheiros (Chile), de eucaliptos (Brasil, Equador). Contudo, por trás dessa causa facilmente identificável há outras- as subjacentes- que foram as que, definitivamente, determinaram e fizeram possível essa conversão.

Tais causas subjacentes podem ser variadas e estar inter- relacionadas: a abertura das estradas que permitiram o ingresso das empresas à floresta; os créditos da Banca Multilateral que viabilizaram a construção dessas estradas; as pressões do Fundo Monetário Internacional para aumentar as exportações para o pagamento da dívida externa; o assessoramento da FAO e outros organismos de "cooperação" na promoção dessas culturas; a promoção dos agrocombustíveis pela União Européia, entre outras.

Contudo, quase todos os processos de destruição ambiental partilham uma mesma causa subjacente: o consumo excessivo. Os exemplos a esse respeito são profusos. A destruição social e ambiental de indústrias como a petroleira, mineira, madeireira ou camaroneira já tem sido amplamente documentada. Se bem os produtos assim obtidos são consumidos em muitos países, o principal consumo tem lugar em um número relativamente pequeno de países: os Estados Unidos, o Japão e os membros da União Européia, por citar os mais óbvios. Esse consumo constitui então a causa subjacente comum da destruição dos territórios e meios de sobrevivência de numerosas comunidades do mundo.

No caso do papel e do papelão, o consumo mundial já tem ultrapassado de longe o limiar da sustentabilidade. Contudo, a indústria que disso se beneficia pretende incrementá-lo ainda mais. Contrariamente ao que afirma a publicidade das empresas, esse aumento não visa satisfazer as reais necessidades de papel das pessoas, e sim a aumentar o uso de papel e papelão para embalagem, que constitui mais de 50% do total produzido. Ao mesmo tempo, o aumento também não visa produzir mais livros de texto ou cadernos, e sim a inventar novas "necessidades" de produtos descartáveis (por exemplo, copos, toalhas de mesa e guardanapos de papel), que após um único uso passam a alimentar as montanhas de lixo nos países ricos.

Um consumo desse tipo de papel e papelão exige um fornecimento contínuo de enormes quantidades de matéria-prima abundante, homogênea e barata. Para isso, a indústria papelreira apelou inicialmente a uma fonte de matéria-prima que parecia inesgotável: as florestas localizadas na Europa, Japão, Estados Unidos e Canadá. Contudo, o consumo excessivo determinou que esse recurso começasse a se esgotar e a indústria passou então a instalar grandes monoculturas de árvores de rápido crescimento (eucaliptos, acácias, pinheiros), que resultaram na destruição de florestas e pradarias de países do Sul (e inclusive de algumas regiões do Norte). Essas plantações, em contínua expansão, agora estão passando a ser sua principal fonte de matéria-prima para a produção de papel. Mais recentemente, a indústria tem começado a deslocar a produção de celulose para o Sul- nos arredores das plantações de árvores- a fim de abastecer suas plantas de papel localizadas perto dos principais mercados: no Norte consumidor.

Esse deslocamento tem vários objetivos, o primeiro deles é o barateamento dos custos através do acesso a terra barata (além de ser onde as árvores crescem 10 vezes mais rapidamente que no Norte), mão-de-obra barata, apoio governamental e escassos controles ambientais. O segundo objetivo, vinculado ao primeiro, consiste em aumentar a produção de celulose barata, para poder assim criar novas "necessidades" de consumo de papel. Ao atingir esses dois objetivos é possível alcançar o terceiro e mais importante: aumentar os lucros da indústria.

Contudo, esses custos economicamente "baratos" para as empresas resultam social e ambientalmente muito caros para aqueles que os sofrem. O avanço das plantações e as fábricas de celulose vem sendo resistido por inúmeras populações locais na África, Ásia e América Latina, que se vinculam a organizações e processos no Norte para agirem em forma mais coordenada. A fim de colaborar nesse processo, nesta edição do boletim incluímos uma seção especial sobre a questão do consumo de papel, que esperamos que seja útil para tod@s @s que estão envolvid@s- tanto no Sul quanto no Norte- nessa luta.

[início](#)

O ESBANJAMENTO DO PAPEL: UM ASSUNTO POLÍTICO

- **Apelo à literatura e ao jornalismo por um papel socialmente e ambientalmente limpo**

"O papel é um material extraordinário que durante séculos tem servido para uma troca de idéias fértil entre os seres humanos. Para todos nós que o usamos como um veículo essencial para compartilhar o que pensamos, imaginamos, sonhamos, sabemos ou acreditamos que sabemos, o papel é uma ferramenta maravilhosa que queremos continuar

usando ... mas não à custa das pessoas e do meio ambiente.

Como pessoas que vivemos nesta realidade somos conscientes das sérias injustiças e desigualdades –sociais e ambientais- decorrentes da produção e consumo de papel do mundo.

Além da destruição das florestas para fazer papel, agora as florestas e as pradarias estão sendo substituídas por vastas monoculturas de plantações de árvores, destruindo comunidades, água, solo e a vida toda. Tanto a destruição das florestas quanto a instalação de monoculturas de plantações de árvores –que ocupam terras que produzem alimentos- causam enorme prejuízo para a população local, que vê seus direitos violados, seu meio ambiente destruído e sua forma de vida irremediavelmente afetada.

O ciclo destruidor continua com a produção de pasta, na que menor número de companhias crescentemente maiores assumem a posse da terra onde plantam árvores, da água que suas árvores e fábricas consomem e poluem, do poder político adquirido através de seus investimentos de bilhões de dólares e do meio ambiente que elas destroem nas regiões onde se instalam.

À destruição se acrescentam iniquidades. O enorme volume de papel produzido com essa pasta alimenta um “mercado mundial” focalizado no consumo de pessoas ricas e poderosas. Os números médios (que escondem enormes desigualdades em nível nacional), mostram que o consumo per capita é mais de dez vezes maior nos países do Norte que naqueles do Sul.

À iniquidade se acrescenta o consumo excessivo. Somente como exemplo é suficiente ver as montanhas de papel e papelão crescendo toda noite nas ruas de Nova Iorque para entender que a maioria da produção de pasta não acaba como livros, jornais ou periódicos, mas simplesmente como lixo. Em termos gerais, pelo menos a metade da pasta produzida vai para a produção de papel e papelão para envoltórios e embalagens, a maioria deles totalmente desnecessários.

Não queremos ter nada a ver como o papel produzido desse jeito. Não queremos ser cúmplices da destruição social e ambiental que isso implica. Não confiamos nos esquemas de certificação que têm outorgado seu selo de “sustentabilidade” a essas mesmas plantações de monocultura cujos impactos conhecemos bem.

Essa situação já tem atingido limites intoleráveis e sua solução requer políticas que desalentem o consumo desnecessário, promovendo um uso do papel racional e socialmente apropriado, garantindo um uso eqüitativo entre os países e dentro dos países, facilitando o desenvolvimento de modelos diversificados em menor escala para a produção de pasta, respeitando tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

O que antecede é perfeitamente viável e não existem quaisquer limitações técnicas para impedir que se transforme em realidade. O único e real obstáculo é o interesse econômico das grandes companhias cujo objetivo é continuar obtendo lucros através da imposição de um consumo crescentemente grande e ilimitado de papel. É hora de dizer chega para eles.

Portanto, apelamos àqueles que como nós querem ser capazes de comunicar-se através desse maravilhoso material chamado papel, para que se unam nesta luta por um papel socialmente e ambientalmente limpo.”

Victor Bacchetta, Nnimmo Bassey, Jordi Bigues, Elizabeth Bravo, Ricardo Carrere, Antonio Franco, Mempo Giardinelli, François Houtart, John Karumbizda, Kintto Lucas, George Monbiot, Edgar Morin, Guillermo Núñez, Wale Okediran, Ike Okonta, Noel Rajesh, Ana Cristina Rossi, Vandana Shiva

O WRM apóia totalmente esta iniciativa e convida escritores, poetas e jornalistas que estejam de acordo com seu conteúdo, a fortalecer esse apelo aderindo a ela. Com suas assinatura vocês se unirão a esta luta por um papel

socialmente e ambientalmente limpo e amplificarão as vozes daqueles que dizem “chega”. Ao mesmo tempo, convidamos todas as pessoas que estejam de acordo com essa idéia, para que divulguem esta iniciativa a outros escritores, poetas e jornalistas que queiram apoiá-la.

Os que quiserem aderir ao apelo podem fazê-lo em: <http://www.wrm.org.uy/plantaciones/jornalismo.html>

[início](#)

- Breve vídeo sobre os impactos do consumo de papel excessivo

Temos produzido um vídeo de 10 minutos (em inglês, em breve também em português) sobre os impactos da indústria do papel. Esperamos que o vídeo seja uma ferramenta útil para as campanhas sobre o uso excessivo de papel e para vincular essas campanhas com as lutas das comunidades locais que confrontam a expansão das plantações de madeira para celulose e fábricas de pasta no Sul.

O vídeo está disponível em: http://www.wrm.org.uy/Videos/Paper_Consumption.html

[início](#)

- Papel, papel em toda a parte...

O papel é um material que muitas pessoas em países industrializados dão totalmente por certo. Milhões de árvores são cortadas, polpadas, transformadas em papel, impressas e depois botadas no lixo sem sequer ser lidas. Por que é que tratamos o algodão, o linho e outros tecidos feitos com fibras vegetais com grande respeito, lavando-os com cuidado, até consertando-os quando se rasgam – e no entanto jogamos folhas de papel quase não usadas na lixeira que são obtidas das árvores, os organismos vivos mais velhos no planeta?

Parte da razão é porque grande parte do papel que achamos é entregue gratuitamente para nós, às vezes sem pedi-lo. Consumimos papel principalmente como um efeito colateral da compra de outros bens que realmente queremos: revistas, jornais e livros que são fontes de informação, a embalagem mantém as mercadorias que queremos limpas ou não esmagadas, etc. Comparativamente, pouco de nosso consumo de papel é o resultado de comprar produtos de papel diretamente; cadernos e papel higiênico são a exceção em vez de a regra. O correio não solicitado, catálogos e jornais gratuitos nos incentivam a perceber o papel como um material com pouco ou nenhum valor; você não entregaria 4 milhões de jornais em Londres ao dia se isso não tivesse alguma recompensa, não é?

O baixo valor do papel se associa com um sentido de que é um produto natural, seguro e bastante benigno. Não é exatamente urânio, mas a simples escala desse produto o transforma em um sério problema ambiental e social. O consumo de papel se quadruplicou nas quatro décadas passadas e sua produção usa quase a metade da madeira obtida industrialmente do planeta, mais água que qualquer outro produto industrial e tanta energia por tonelada quanto o aço. Cada tonelada de papel requer 98 toneladas de outros recursos para sua fabricação e é o maior contribuinte único para o fluxo de lixo da maioria dos países consumidores. Reduzir nossos impactos no planeta usando menos papel é um bom ponto de partida.

A indústria global da celulose e do papel está promovida por dinheiro daqueles que compram seus produtos e a maioria de nós estamos nos países de grande consumo do Norte global. Portanto, nosso poder de compra é uma importante alavanca para fazer surgir a mudança sistêmica na indústria. A redução na demanda de seus produtos deveria reduzir porção do fornecimento de dinheiro que está incentivando sua expansão no Sul global. Pelo menos, causar uma redução na demanda de papel na Europa ajudaria a compensar o crescimento na demanda que é provável em outras partes do mundo. Se um quinto da população do mundo que atualmente usa a maioria do papel

do mundo reduzisse seu uso de papel pela metade, isso criaria muito espaço para aquelas pessoas cujo uso atual de papel é muito baixo para aumentar seu consumo sem necessidade de qualquer expansão global da capacidade de produção de papel.

Identificar formas de reduzir o uso de papel é fácil. O novo site na web www.shrinkpaper.org convida pessoas a comprometer-se para adotar diferentes sugestões, desde usar um lenço de algodão até passar para um sistema eletrônico de arquivamento. As organizações e negócios podem poupar papel facilmente também. Muitos já tem avançado na direção correta –depois de tudo, podem poupar dinheiro reduzindo seus custos com papel e despesas associadas (impressão, postagem, armazenagem, etc.). Muitas companhias acham que podem reduzir rapidamente o uso de papel em 30% ou mais através de mudanças simples a práticas de escritório.

Então se é tão fácil, por que a redução no consumo de papel não tem estado no coração de cada agenda de campanha florestal durante anos? Há resistência a fazer campanhas sobre a redução do consumo, o que está expresso às vezes em termos de 'não querer dar a impressão de que o papel é pior que outros materiais como os plásticos' ou 'não querer que as pessoas se sintam culpadas sobre seus estilos de vida' ou 'preocupação sobre parecer anti-crescimento'. Em decorrência disso, muitas campanhas de papel parecem implicar que o uso de papel feito com fibras obtidas de fontes mais sustentáveis é o que realmente importa, independentemente da quantidade que é usada. Na realidade, tanto as fontes de fibra quanto a quantidade importam.

Uma pergunta chave é por que nosso consumo de papel continua crescendo. Uma sugestão é que está arraigado na insegurança cultural: nossa falta de confiança de um com o outro leva nossa sociedade à rotina inútil, à burocracia e até à expansão das trilhas do papel; nosso medo da poluição produz excessiva embalagem; nossas preocupações sobre as doenças causam níveis fetichistas de uso de lenços de papel para higiene; nossas identidades culturais debilitadas nos fazem susceptíveis a publicidade de marcas. Talvez, portanto, a promoção da poupança de papel poderia ter efeitos culturais benéficos?

O debate sobre a mudança climática global significa que pela primeira vez na minha vida, possivelmente desde o começo da revolução industrial, é possível falar com uma companhia educada sobre usar menos de algo –energia– sem ser considerado anti-progresso. Isso cria uma grande oportunidade de promover um etos que é positivo sobre a redução, faz da economia uma virtude e trata 'menos' como um conceito positivo. Espero que a promoção da poupança de papel contribua um pouco para promover uma mudança cultural que valorize a eficiência mais que o crescimento e leve às pessoas a hábitos mentais para perceber que usar menos das coisas é uma boa coisa a ser feita.

Por Mandy Haggith, hag@worldforests.org Seu livro *Paper Trails: from trees to trash, the true cost of paper*, será publicado pela Virgin Books em 3 de julho de 2008.

[início](#)

- "*Shrink*": Uma nova campanha para deter o absurdo do consumo excessivo de papel

Desde o começo da década de 60, o consumo de papel e papelão do mundo tem aumentado quase sete vezes. Todo ano, cada pessoa no Reino Unido usa uma média de mais de 200 quilogramas de papel. Nos EUA, o número é quase 300 quilogramas. O consumo de papel global é massivamente desigual. No Laos, por exemplo, as pessoas usam em média menos de um quilograma de papel ao ano. No entanto, as comunidades rurais no Laos estão enfrentando atualmente a rápida expansão das plantações de eucaliptos para satisfazer as demandas de matéria prima da indústria global do papel.

Grande parte do consumo de papel no Norte é desnecessária. Os funcionários de escritório no Reino Unido imprimem 120 bilhões de folhas de papel ao ano, suficientes para criar uma pila de mais de 13.000 quilômetros de

altura. Dois terços desse papel acaba na lixeiras antes do fim do dia. Os norte-americanos usam 130 bilhões de copos de papel ao ano. Os copos são jogados fora depois de 15 minutos de uso.

Este mês presencia o lançamento da campanha "*Shrink*" (Reduzir) que objetiva abordar o esbanjamento de papel. "A produção de papel causa uma ampla variedade de impactos ambientais daninhos" explica Mandy Haggith, a coordenadora da campanha *Shrink*. "Usando menos dele podemos reduzir nossa pressão sobre as florestas, diminuir o uso de energia e as emissões que causam a mudança do clima, limitar a poluição da água, do ar e outras e produzir menos lixo. Também há impactos sociais negativos e abusos aos direitos humanos vinculados com a produção de papel, especialmente nos países do Sul. "O projeto "*Shrink*", que é apoiado por mais de 50 ONGs ambientais européias convida as pessoas a comprometer-se a reduzir seu consumo de papel em seu site na web: www.shrinkpaper.org.

O site sugere diferentes formas nas que as pessoas podem reduzir seu consumo de papel. "Podemos deixar de usar papel desnecessariamente, como por exemplo, lendo informação na tela do computador, ou deixando de usar guardanapos de papel que não precisamos" diz Haggith. "Podemos achar formas de usar menos quando o papel é necessário, como imprimir em duas faces ou reusar envelopes. E podemos tentar resistir o papel que nos impõem, recusando correspondência não solicitada, pedindo para sermos removidos de listas de correios e bases de dados, rejeitando notícias gratuitas ou folhetos e evitando pacotes muito embrulhados."

A campanha *Shrink* também objetiva persuadir as empresas e instituições para que reduzam seu uso de papel. "As organizações e companhias podem tentar entender onde é gastada a maioria do papel, por exemplo, em sistemas de escritório, esforços de comunicação ou embalagem de curto prazo e incentivar e recompensar o pessoal que apresente idéias para poupar papel: mudando a forma na que as pessoas trabalham para que façam um melhor uso da tecnologia livre de papel, achando designs mais eficientes para embalar mercadorias, e assim por diante," diz Haggith.

Em junho de 2008, a campanha escreveu para os CEO (Diretores Gerais) de 20 companhias baseadas no Reino Unido: cinco companhias de catálogos; cinco supermercados; cinco editoras de revistas; e cinco bancos e companhias de seguros. "As escolhemos porque representam quatro dos maiores setores que usam papel e são uma amostra representativa desses setores com uma diversidade de políticas no papel" explica Haggith.

Cada um desses setores não é, logicamente, exclusivamente responsável pelo esbanjamento de papel. Os supermercados minam os meios de vida dos granjeiros, destroem a biodiversidade exigindo produtos homogêneos, são responsáveis de um enorme aumento nos montões de alimentos, desenvolvem seus massivos shopping centers fora dos centros das cidades o que leva a maior uso de carros e à destruição das áreas rurais e liquidam as lojas locais barateando os preços. Os bancos financiam todo tipo de projetos ambientalmente e socialmente destruidores. As revistas se financiam através da publicidade, um dos principais impulsores do consumo excessivo. Os catálogos existem apenas para promover mais consumo. Mas como aponta Haggith, "As florestas e as pessoas que sofrem os impactos negativos da indústria do papel não podem esperar que as outras coisas erradas sejam resolvidas antes que nós abordemos o consumo excessivo de papel."

A campanha objetiva apoiar as lutas de movimentos no Sul contra a expansão da indústria da celulose e do papel lá. "Quando perguntamos a colegas no Sul global quais pensam que deveriam ser nossas prioridades em nosso o trabalho com a indústria da celulose e do papel, eles respondem que deveríamos abordar o consumo excessivo nos países ricos e tentar reduzir a demanda de produtos da indústria" diz Haggith.

No ano passado, Haggith viajou de trem e bote desde sua casa na Escócia para Sumatra, Indonésia para pesquisar para seu livro "*Paper Trails: From Trees to Trash - The True Cost of Paper*". "Eu fiquei horrorizada de ver quão destruidores são os rastros de nosso papel" diz ela. "Conheci povoadores indonésios em luta por uma reclamação de terras com uma companhia de papel que está cultivando acácias em suas terras comunitárias para fazer papel para

cópia para venda em mercados europeus e norte-americanos. Perguntei-lhes o que poderia fazer para ajudá-los em sua luta e me disseram que pedisse às pessoas na Europa que usem menos papel para cópia. Para mostrar real solidariedade com as pessoas que lutam contra as indústrias extrativas multinacionais não é suficiente que passemos nosso consumo de uma marca para alguma outra, esperançosamente uma marca um pouco menos antipática. Isso apenas desloca o problema. Consumir diferentemente não é suficiente, precisamos consumir menos E diferentemente."

Comprometa-se a reduzir seu uso de papel aqui:

<http://www.shrinkpaper.org/take-the-pledge.htm>

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- A Confederação de Indústrias Papeleiras Europeias e seu "País das Maravilhas"

"Quando eu uso uma palavra, ela significa o que eu quiser que ela signifique- nem mais nem menos", disse Humpty Dumpty a Alice. Bem- vindos ao País das Maravilhas. Não àquele do "Alice no País das Maravilhas" de Lewis Carroll, e sim àquele da CEPI (Confederação de Indústrias Papeleiras Europeias). A CEPI representa 800 empresas de papel e celulose de 18 países europeus, que produzem mais da quarta parte da produção de papel no mundo. A CEPI é, conforme suas próprias palavras, "a voz e a cara pública da indústria de papel e celulose na Europa, representando seus interesses junto às Instituições Europeias." Com sede em Bruxelas, a CEPI faz lobby na União Europeia visando criar uma legislação em favor da indústria.

No País das Maravilhas da CEPI, as plantações são florestas, as monoculturas melhoram a biodiversidade e a extração de madeira é boa para as florestas.

Em maio de 2008, a CEPI organizou um evento paralelo durante a reunião da Convenção sobre Biodiversidade em Bonn. Com o título "Proteção da biodiversidade, não apenas palavras no papel, mas realmente as melhores práticas da indústria papeleira!", o evento prometia mostrar "como através das melhores práticas a indústria europeia de papel e celulose colabora com a proteção da biodiversidade das florestas."

As apresentações, obviamente, tinham pouco a ver com a proteção da biodiversidade. A primeira apresentação foi de Hans Verkerk, do Instituto Europeu Florestal (EFI). Verkerk discursou sobre a quantidade de madeira que poderia ser retirada dos 29,2 milhões de hectares de florestas protegidas na Europa se não existisse nenhuma restrição à extração de madeira. Essa apresentação foi baseada em um estudo do EFI do qual ele foi co- autor. O estudo revelou que a proteção das florestas na Europa resultou em um total de 68 milhões de metros cúbicos de madeira que ficou "indisponível" para a indústria. "A proteção das florestas tem um impacto evidente na disponibilidade de madeira," afirmou Verkerk. De modo oposto, se as florestas estivessem menos protegidas, a indústria teria bem mais madeira disponível. Devido a que esse estudo foi financiado pela CEPI, Verkerk, sensatamente, nada nos disse sobre os impactos que isso teria na biodiversidade das florestas.

A seguir, Paula Guimarães do Grupo Portucel Soporcel fez sua apresentação sobre "Florestamento Intensivo". Ela explicou que sua empresa cria um mosaico em nível paisagístico. E ilustrou isso com uma transparência de uma paisagem desmazelada de desmatamentos e monoculturas. Ela nos disse que os eucaliptos não prejudicam os solos e que não provocam danos nas reservas de água. Isso pode ser real no País das Maravilhas, mas pouco tem a ver com a realidade enfrentada pelos agricultores que moram nas proximidades das plantações de eucaliptos da indústria da celulose.

Wolfgang Schopfhauser da Papierholz- Austria nos falou sobre a extração de madeira das florestas montanhosas na

Áustria para produzir bioenergia, principalmente para a indústria do papel e celulose. “A biomassa está amplamente disponível na forma de madeira em pé,” disse Shopfhauser, presumivelmente com referência às árvores que crescem nas montanhas da Áustria.

Uma forma de reduzir o impacto da indústria da celulose nas florestas do mundo é reduzir o consumo (e portanto, a produção) de papel. Esse é o objetivo da campanha Shrink (vide os outros artigos nessa edição do Boletim do WRM). A CEPI respondeu ao lançamento da campanha Shrink alegando que a indústria do papel e celulose é “um exemplo ímpar de como uma indústria pode evitar a produção de resíduos e reciclar em todos seus estágios.” Obviamente, as embalagens desnecessárias e o lixo postal, as listas telefônicas que já ninguém usa, as montanhas de papel de escritório e de propaganda, isso tudo não existe no País das Maravilhas.

Como resposta da CEPI, a diretora- executiva da Confederação, Teresa Presas, disse “Focadas na indústria de papel, essas ONGs estão promovendo outros materiais que não têm as mesmas credenciais ambientais.” Mas a campanha Shrink não está promovendo nenhum outro material. Está advogando por uma redução no uso de papel no Norte, e não por uma substituição do papel com outra coisa.

Presas afirma que as ONGs estão “contribuindo para o deslocamento da produção de papel para outras áreas do mundo onde os padrões ambientais preocupam menos. Parece que ela esqueceu que a indústria de papel e celulose vem se espalhando nos países do Sul há muitos anos. A Stora Enso faz parte da CEPI. Em 2005, um funcionário da Stora Enso disse ao Financial Times “Se não fosse pelos sindicatos do nosso país, nós deslocaríamos toda a capacidade de produção a países como o Brasil” . No ano passado, a Stora Enso vendeu suas operações na América do Norte a uma empresa de capital privado chamada NewPage, que agora está fechando suas plantas tão rapidamente quanto possível. A Stora Enso está fechando duas plantas na Finlândia. Enquanto isso, a empresa está expandindo suas operações no Brasil, Uruguai, China e Laos. Em março de 2008, 900 mulheres da Via Campesina ocuparam uma área das plantações de eucalipto da Stora Enso no Brasil, em protesto contra a expansão do deserto verde. A campanha Shrink visa apoiar essa e muitas outras lutas contra as plantações industriais de árvores no Sul.

Presas disse que a campanha Shrink se tornaria “responsável pela perda de milhares de empregos na Europa, em especial nas áreas rurais.” Como mostram os dados da própria CEPI, a indústria do papel e celulose já é responsável pela perda de milhares de empregos na Europa. Em 1991, os países membros da CEPI empregaram 389.300 pessoas no setor do papel e celulose. Em 2006, esse número despencou para 259.100 pessoas, cerca de um 30% menor. Durante esse mesmo período, a produção do papel e celulose na Europa foi incrementado.

Depois de falar com Humpty Dumpty durante um tempo, Alice saiu andando devagar. Quando Humpty Dumpty caiu do muro, como inevitavelmente devia ser, “a forte pancada estremeceu a floresta de ponta a ponta.”

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- África: Soberania Alimentar ameaçada pela AGRA

A iniciativa ‘Aliança para uma Revolução Verde na África’ (AGRA) financiada pelas Fundações Gates e Rockefeller chegou na África anunciando que irá ajudar os pequenos agricultores a entrar no mercado. O que isso significa?

Por trás dos milionários projetos financiados está a promoção da biotecnologia na agricultura. A agricultura africana irá ficar mais dependente dos produtos químicos, das monoculturas de sementes híbridas, e das plantações geneticamente modificadas.

De acordo com Mariam Mayet, do Centro Africano para a Biossegurança, a AGRA é "um pacote muito violento porque introduz na África potentes produtos químicos de alta toxicidade. Desloca e destrói o conhecimento e as sementes locais. Favorece aqueles agricultores que têm possibilidades de aceder ao sistema- os agricultores mais poderosos. Isso irá dividir o campesinato africano. A AGRA também origina uma forte dependência e dívidas." (1)

Na tendência cada vez maior para a privatização da ajuda externa e a união do setor empresarial com os governos, a AGRA se torna uma ferramenta útil para os interesses empresariais privados e para os governos do Ocidente, ávidos por privatizar as terras e a água da África para as culturas de exportação, agrocombustíveis e os sumidouros de carbono.

As estratégias externas como a AGRA estão se apropriando das terras florestais que também são um espaço de soberania alimentar para as florestas e as comunidades que delas dependem.

As plantações de monoculturas para agrocombustíveis- jatrofa em Gana e Zâmbia, cana-de-açúcar na Uganda, Tanzânia e Quênia, dendezeiro em Benim, Camarões, Costa do Marfim, - invadem florestas, ameaçando e também despojando as comunidades locais de seus meios de vida, desencadeando deslocamentos e miséria.

Se a fonte da riqueza da África for privatizada, os países africanos irão perder sua oportunidade de determinar seu próprio futuro.

Delegados de organizações de camponeses de diferentes países africanos que compartilham a visão do movimento internacional camponês, La Via Campesina, se reuniram em um encontro regional em Madagascar, em maio de 2008. Eles expressaram sua oposição à introdução de políticas destrutivas que estão minando a produção local de alimentos ao forçarem os agricultores a produzir cultivos comerciais para as corporações transnacionais (TNCs) e a comprar seus próprios alimentos no mercado mundial. "Os camponeses e os pequenos agricultores não colhem nenhum benefício dos preços mais altos. Nós plantamos alimentos, mas os benefícios da colheita geralmente são tirados de nossas mãos: também muito frequentemente já têm sido prometidos aos credores, às empresas de insumos agrícolas, ou diretamente aos comerciantes ou à unidade de processamento." (2)

A declaração final dos camponeses na reunião "Crise Mundial de Alimentos" denuncia que "a contínua apropriação de terras por parte das TNCs e outros especuladores irá expulsar milhões de camponeses das áreas rurais. Eles irão acabar nas grandes cidades onde irão aumentar os crescentes níveis de fome e pobreza nas periferias.". Nela também afirma-se que "o tempo para a Soberania Alimentar já chegou!" e exige a implementação de "mudanças fundamentais na abordagem da produção de alimentos e os mercados agrícolas", "compromissos políticos no longo prazo a fim de reconstruir as economias nacionais em termos de alimentos", prioridade absoluta à "produção local de alimentos a fim de diminuir a dependência do mercado internacional", um mecanismo de intervenção "para estabilizar os preços em um nível razoável no mercado internacional", bem como "o direito a implementar controles às importações" a fim de deter a venda a preços inferiores aos normais, e o respeito e apoio em nível internacional de "programas que ajudem os consumidores mais pobres, implementem reformas agrárias e invistam na produção local de alimentos por parte de agricultores e camponeses".

Não apenas os sistemas alimentares e as florestas estão em jogo; também os sistemas sociais e toda a cultura africana.

Artigo baseado em: (1) "AGRA - green revolution or philanthro-capitalism?", Pambazuka News 361, <http://www.pambazuka.org/en/issue/361>; (2) "Global Food Crisis", Reunião Regional de La Via Campesina África, Madagascar, de 14 a 17 de maio de 2008, <http://www.wrm.org.uy/countries/Africa/GlobalFoodCrisis.pdf>

início

- Índia: uma história de conservação não-participativa na Reserva de Tigres de Buxa

Buxa era uma das florestas que orgulhavam os engenheiros florestais britânicos.

A área, originariamente de pradaria e de florestas de Sal (*Shorea robusta*) em terras altas pedregosas, foi irreversivelmente alterada quando os engenheiros florestais coloniais chegaram ao local em 1865 e baniram a agricultura migratória indígena dos Rava, Mech, Dukpa e os Garo. As árvores perenes colonizaram rapidamente os espaços vazios enquanto que os incêndios florestais eram "controlados", e os silvicultores vieram a perceber que não poderiam ter novas plantações de Sal a menos que as queimas fossem reintroduzidas.

Assim foi instalado o famoso sistema de plantação taungya, e aqueles que foram banidos por usar a queima na agricultura, foram trazidos novamente para as florestas como habitantes delas. Foram eles que trabalharam, cortaram e queimaram as florestas, e plantaram e protegeram as novas árvores durante aproximadamente 150 anos, sem receber salário durante muito tempo até que os engenheiros florestais "independentes" da Índia decidiram que eles precisavam salvar os tigres de Buxa. As florestas de Buxa foram então declaradas como uma Reserva de Tigres em 1983. As florestas já tinham 33 aldeias florestais registradas e 4 "Fixed Demand Holdings" (terras arrendadas sob controle do Departamento Florestal).

De 1990 em diante, as atividades florestais definharam e foram quase interrompidas em muitas partes da reserva. As antigas jazidas de dolomita dentro da reserva foram fechadas. Em muitas áreas a coleta de produtos florestais não madeireiros foi proibida, e a pastagem de gado foi declarada uma ofensa. A vida dentro das florestas se tornou um pesadelo já que os engenheiros florestais começaram a planejar estratégias de deslocamento que implicavam que milhares e milhares de pessoas se encontrassem repentinamente despojadas de seus meios de vida. Uma após outra, as antigas árvores de Sal (conhecidas como o orgulho de Buxa) começaram a desaparecer, já que as pessoas famintas e sem emprego foram obrigadas a partir para as florestas.

O mecanismo de conservação dos tigres em Buxa balançou, e o dinheiro de várias fontes como o Banco Mundial-Buxa foi um dos sete fundos para o Meio Ambiente Mundial, que financiou Projetos de Eco Desenvolvimento na Índia – ia e vinha. Mas tanto a vida silvestre quanto seu habitat continuavam desaparecendo. Os tigres se tornaram uma raridade, tanto que ninguém sabe ao certo quantos tigres existem em Buxa atualmente... 4 ou 5 talvez seja uma estimativa otimista.

Os engenheiros florestais voltados para a "conservação" continuaram a perseguição dos moradores das florestas da região, especialmente da comunidade indígena Rava. Uma audiência pública de 2005, organizada pelo Fórum Nacional de Habitantes e Trabalhadores das Florestas (National Forum of Forest People and Forest Workers, NFFPFW) e outros, registrou inúmeros casos de tortura, assédio e assassinatos de habitantes das florestas por parte do pessoal do Departamento Florestal. As pessoas, em sua maioria crianças e jovens, foram mortas a sangue frio dentro e fora das florestas. O incidente mais recente foi a morte de Samuel Rava da aldeia Poro em fevereiro de 2008, depois de ter sido formalmente notificada a Lei de Direitos sobre as Florestas com seu pacote de direitos. Nenhum dos homicidas foi levado à justiça.

Em Jayanti, poucas pessoas desse outrora próspero e hoje assentamento fantasma localizado dentro da chamada área central da Reserva de Tigres de Buxa conhecem a Lei de Direitos sobre as Florestas- que, entre outras coisas, reconhece os direitos dos habitantes tradicionais e tribais das florestas em áreas declaradas como áreas protegidas (vide Boletim Nº115 do WRM). Aparentemente, esse assentamento foi identificado como uma aldeia a ser deslocada e o Departamento Florestal Estatal tem iniciado os procedimentos de reassentamento. Em Jayanti, o "Range Officer" (oficial da área) ainda pode proibir que as pessoas empreendam os trabalhos de renovação em suas próprias moradias sem a autorização do Departamento com o argumento de que isso viola a Lei de Proteção da Vida Silvestre de 1972. Parece que ninguém conhece que sob a Lei de Proteção da Vida Silvestre de 2006 e a Lei de Direitos sobre as Florestas de 2006, o conceito de zona núcleo/amortecimento tem sido tão modificado que qualquer demarcação dessas áreas precisa da confirmação obrigatória por parte da comunidade.

Em vez disso, o "Range Officer" e seu pessoal ameaçaram as pessoas para que abandonassem suas terras. As notícias sobre o reassentamento deixaram muitas pessoas revoltadas: "Por que nós, que levantamos e protegemos as florestas durante todos esses anos, somos obrigados a abandonar nossas terras?" disse um ancião. Uma mulher idosa agitou seu punho frágil: "Eu não vou embora não... antes de irmos embora mataremos vocês todos". "Se nós não pudermos ficar, nós não permitiremos que vocês fiquem".

Os funcionários florestais também oferecem às pessoas maços de dinheiro para eles irem embora voluntariamente, sabem que o chamariz é muito forte.

É quase a mesma história em Buxa Road (uma remota aldeia florestal, constantemente ameaçada tanto por elefantes selvagens quanto pela erosão do solo) e na aldeia de montanha de Santarabari, outras duas aldeias que o Departamento Florestal visa deslocar ignorando a nova legislação de 2006. A maioria dos habitantes nunca foram informados que eles têm direitos como habitantes das florestas.

O que o Departamento Florestal entende como "conservação participativa" foi resumido por um "Range Officer" que ao ser acusado de violar tanto a Lei de Proteção da Vida Silvestre de 2006 quanto a Lei de Direitos Florestais, resmungou: "Nós não sabemos de leis, etc. Eu estou seguindo as ordens de meu chefe". Em poucas palavras ...

Por Soumitra Ghosh, de notas da visita à área de um grupo de 4 integrantes em representação do Fórum Nacional de Habitantes e Trabalhadores das Florestas (NFFPFW), Comitê Regional de Bengala do Norte. O documento na íntegra está disponível em: <http://www.wrm.org.uy/countries/India/BuxaTiger.pdf>

[início](#)

- Malásia: o caminho da extração madeireira que leva às monoculturas de árvores em Sarawak

Em 1989, o WRM e o Sahabat Alam Malaysia (Amigos da Terra) produziram a publicação "A batalha pelas florestas de Sarawak", que documenta não apenas a destruição das florestas e dos meios de vida dos habitantes das florestas em Sarawak, como também o processo de resistência, que incluiu importantes bloqueios nas rodovias promovidos desde 1987 pelas comunidades locais a fim de deterem a entrada dos caminhões para transporte de madeira em seus territórios.

Essa publicação visava servir como ferramenta para uma campanha em nível mundial que tinha sido lançada havia dois anos por inúmeras organizações do Norte e do Sul contra a destruição ambiental e social decorrente da extração industrial de madeira no estado de Sarawak, na Malásia.

A campanha tornou essa questão bem conhecida em nível internacional e colocou a indústria madeireira e o governo da Malásia em uma posição difícil. Por exemplo, em julho de 1988, o Parlamento Europeu adotou uma resolução que exortava os estados membros a suspender as importações de madeira provenientes de Sarawak e entre outubro e novembro várias delegações visitaram as embaixadas da Malásia em diferentes países a fim de preconizar que as atividades madeireiras não perturbassem os meios de vida dos nativos de Sarawak.

Internamente, a repressão policial local e a perseguição judiciária continuaram, unidas a uma campanha difamatória que tachava de traidores todos os malaios que tinham participado da proteção das florestas e dos povos de Sarawak.

Por esses e outros motivos, a campanha internacional definhou em meados dos anos 1990 e finalmente acabou. Em Sarawak, os principais perdedores foram os Penan, um povo nômade completamente dependente- física, social e culturalmente- das florestas tropicais desaparecidas.

Apesar da tristeza que tal derrota pode produzir, pelo menos deve servir para aprender lições para o futuro. Nesse caso, a situação atual em Sarawak ilustra vários pontos importantes:

- Primeiramente, mostra que os povos locais e seus defensores estavam certos ao se oporem à indústria madeireira. Quanto aos direitos humanos, a atividade madeireira viola os direitos básicos das comunidades locais- territoriais, físicos, sociais, culturais- e inclusive o direito à vida. Do ponto de vista ambiental, a atividade madeireira implica a destruição de um ecossistema florestal que abriga uma biodiversidade altamente rica em termos de flora e fauna. Sob uma perspectiva econômica, a atividade madeireira enriqueceu uns poucos enquanto empurrou uma grande maioria para a pobreza

- Em segundo lugar, e igualmente importante, hoje é evidente que a indústria madeireira, o governo do estado de Sarawak e o governo federal da Malásia enganaram a população de Sarawak. A indústria e o governo prometeram desenvolvimento e empregos. Nada disso aconteceu. As florestas quase desapareceram enquanto a população se tornou mais pobre. O único "desenvolvimento" visível foram as estradas construídas para extrair a madeira. Em resposta à campanha internacional, a indústria e o governo prometeram levar adiante uma "extração madeireira sustentável", o que de fato resultou ser a mesma extração destrutiva de antes, agora com nome diferente.

Um recente vídeo produzido por Hilary Chiew e Chi Too ("Penusah Tapa: the forgotten struggle"), documenta "a história não contada dos Penan" através dos testemunhos de moradores locais, que em sua maioria participaram da longa luta para proteger a floresta.

Esses testemunhos não apenas providenciam evidências sobre as desastrosas consequências sociais e ambientais da extração industrial de madeira, como também sobre o atual processo de substituição das florestas já exploradas em excesso por monoculturas de dendzeiros (destinados à produção de óleo de dendê) e acácias (para a produção de polpa para papel). Isso significa a morte das florestas. Como disse um homem entrevistado no vídeo: "Nós pensamos que os trabalhadores das empresas madeireiras eram ruins. Mas se eles apenas levassem as toras, as florestas iriam se regenerar. Mas ao chegarem as plantações de árvores e de dendzeiros, isso fez com que as árvores desaparecessem para sempre..."

O vídeo está disponível em http://www.dailymotion.com/video/x4gqci_penusah-tana_politics

[início](#)

- Peru/ Brasil: o direito à autodeterminação dos povos em isolamento voluntário

No final de maio, como resultado de um sobrevôo pilotado pelo coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) órgão brasileiro que toma conta da proteção dos grupos isolados), várias fotos aéreas revelaram a existência de índios em isolamento voluntário de uma das quatro etnias que vivem nessa situação na fronteira do Estado do Acre (Brasil) com o Peru.

Todas as manchetes do mundo reproduziram as imagens avermelhadas de guerreiros pintados com urucum (fruto vermelho também conhecido como achiote), em posição de atirar suas flechas no avião. Outros integrantes da tribo, desarmados, apareciam pintados de preto com jenipapo (outro fruto usado para a pintura corporal), enquanto mulheres e crianças fugiam para dentro da floresta. Tudo indica que tiveram alguma experiência ruim anterior relacionada com aviões, e a reação deles não dá lugar a dúvidas- querem que os intrusos vão embora...

As fotos também registraram duas grandes malocas localizadas em amplos roçados (espaços abertos na selva, para a agricultura) plantados com muita banana, mandioca, mamão, milho e outras lavouras.

A antropóloga Beatriz Huertas, do Comitê Internacional para a Proteção dos Povos em Isolamento, diferencia os

grupos "isolados" daqueles chamados "em contato inicial". Os primeiros se recusam a estabelecer relações de interação sustentada com os integrantes da sociedade que os rodeia, enquanto os grupos que estão em situação de "contato inicial" foram majoritariamente forçados por fatores ou agentes externos a abandonar o isolamento, ficando mais expostos ao contágio de doenças externas contra as quais eles não têm desenvolvido defesas imunológicas.

Contudo, ambos têm um problema em comum: a usurpação dos territórios que habitam por parte dos concessionários petrolíferos, madeireiros e ultimamente os sojeiros do lado brasileiro.

É sabido que, em muitos casos, os antecessores desses grupos tiveram experiências de contato "sumamente traumáticas", e por isso optaram por permanecer isolados.

No caso da Amazônia peruana, Huertas afirma que há no mínimo 14 povos ou segmentos de povos isolados, e a maioria está concentrada na faixa fronteiriça com o Brasil. Ela aponta que, com escassas exceções, praticamente todas as Reservas Territoriais criadas e propostas em favor de povos em isolamento estão invadidas por centenas de madeireiros, vários dos quais vêm se enfrentando ou assassinando os indígenas isolados com quem se deparam. Algumas empresas que têm obtido concessões florestais em áreas próximas aos territórios dos povos isolados, também estão extraindo madeira das reservas, que "branqueiam" através de concessões e licenças.

Em entrevista concedida à Terra Magazine (1), a antropóloga afirma que "Os problemas acarretados pela extração ilegal de madeira na fronteira Brasil- Peru vêm sendo denunciados intensivamente desde 1998. A partir de então, os governos de ambos países têm formado comissões para resolverem o problema, mas nunca chegaram a acordos claros nem realizaram ações contundentes para deter a situação".

Apesar de existirem informações e denúncias disso tudo, algumas dessas empresas contam inclusive com o benefício de comercializar a madeira com o adicional da certificação, que aduz garantir aos consumidores que os produtos são elaborados com madeiras provenientes de uma exploração "sustentável", o que implicaria o respeito dos direitos territoriais de seus habitantes originários.

O Comitê Indígena Internacional para a Proteção dos Povos em Isolamento e Contato Inicial da Amazônia, o Grande Chaco e a Região Oriental do Paraguai (CIPIACI) declarou em um comunicado que: "O deslocamento de populações indígenas em situação de isolamento voluntário do sul de Ucayali para o território brasileiro seria decorrente das agressões e ameaças constantes que vêm sofrendo em seus territórios originários, no Peru". "Em efeito, esse tipo de deslocamento vem se dando nos últimos anos devido à invasão dos territórios desses povos irmãos, principalmente por madeireiros e por grupos evangélicos que os perseguem para contactá-los e evangelizá-los". (2)

O registro fotográfico dos indígenas "invisíveis" gerou certa sensibilidade que fez com que o Comitê Indígena Internacional para os Povos Isolados pudesse revelar a situação. É o que faz a Dra. Beatriz Huertas, percorrendo neste mês a área da fronteira entre o Brasil e o Peru, em companhia de um líder da Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (FENAMAD) e índios ashaninka da aldeia Apiwtxa e anuncia que: "Vamos realizar um relatório sobre a questão e apresentá-lo junto aos governos do Brasil e do Peru e aos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Na medida de nossas possibilidades, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que o problema seja atendido".

A divulgação das fotos dos indígenas isolados na fronteira Brasil- Peru teve repercussões positivas, mas a antropóloga alerta: "É preciso, porém, ter cuidado com certos jornalistas que se mostraram muito interessados em viajar até a região para estabelecer contato com o intuito de obter imagens dos índios isolados. Isso pode ser catastrófico e acabar na morte de todo o grupo por causa do contágio de doenças e inclusive do enfrentamento que puder surgir".

"Temos propugnado o direito à autodeterminação e isso significa o direito desses povos a decidir livre e

voluntariamente sobre as formas de vida que querem ter, sem forçar contatos ou ações que atentem contra esse direito, contra essa vontade. Eles estão isolados e é preciso respeitar o isolamento. Do mesmo modo, se eles procurarem contato, deveremos respeitar a decisão deles, mas não podemos de jeito nenhum forçar os contatos”.

Artigo baseado em: (1) “Comisión hará informe sobre indios aislados entre Brasil y Perú”, 12 de junho de 2008, http://www.co.terra.com/terramagazine/interna/0,,O12944081-E18865_00.html; (2) “Indígenas de Sudamérica exigen ‘respeto’ para los pueblos no contactados”, 5 de junho de 2008, <http://www.survival.es/noticias/3370>; comentários pessoais de Beatriz Huertas.

início

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Chile: os “escravos modernos” do “boom florestal”

O processo de migração campo- cidade no Chile é o resultado de conflitos internos na estrutura agrária, e no caso da VIII região-- a Região do Bio- Bio-- acrescenta-se uma reconversão produtiva que é mesmo uma reconversão florestal.

O setor florestal é propagandeado no Chile como um setor chave da economia, representando o segundo setor exportador depois da grande mineração de cobre. Não obstante, os territórios em que são instaladas as plantações e indústrias florestais registram efeitos adversos, se comparados com os benefícios que poderiam ser obtidos caso as terras fossem destinadas para localizar atividades econômicas alternativas.

A despeito do peso que tem a atividade florestal na macro- economia, isso não se vê refletido na geração de emprego, que é caracterizado por sua natureza cíclica, alta instabilidade e precário nível salarial. Em 20 anos, o emprego apresentou um crescimento de 66% enquanto a área florestada aumentou 277%. Por outra parte, em alguns casos, a expansão da atividade silvícola ocorreu em lotes de terra originariamente explorados por pequenos produtores que foram absorvidos pelo chamado “manto verde” (em referência aos milhões de árvores das monoculturas florestais). Conforme estimativas da Corporação de Trabalhadores Florestais (CTF), entre os anos 1997 e 2000, a força de trabalho diminuiu 12%, considerando as diferentes ocupações florestais.

A atividade florestal “oferece” trabalho em forma temporária, associado com determinadas etapas que se vinculam com o processo de crescimento e cuidado das espécies plantadas (plantação, raleamento, desmatamento, etc.). A imensa maioria-- 75% a 80%-- dos trabalhadores empregados no setor florestal no Chile trabalha sobre a base de contratos temporários. Os operários de machados e motosserras trabalham durante períodos breves e recebem o salário de acordo com padrões de produtividade estabelecidos pelas próprias empresas, o que implica jornadas de trabalho extenuantes. Conforme antecedentes disponíveis, no setor florestal 26% dos trabalhadores no mínimo declara ter uma jornada habitual de trabalho que ultrapassa as 10 horas.

A drástica redução dos direitos e a capacidade negociadora dos trabalhadores-- que permite aumentar a produtividade de cada trabalhador-- está vinculada a outro elemento característico da força de trabalho empregada na silvicultura: sua relação com as empresas florestais está intermediada pela ação de empreiteiras que vendem seus serviços para as empresas florestais (Empresas Mandantes) e contratam o pessoal por tarefas. Estas empresas respondem às exigências produtivas das empresas florestais, o que determina o alto revezamento dos trabalhadores e dificulta seriamente suas possibilidades de organização para a defesa de seus interesses. A consequência é a baixa qualidade dos empregos e uma remuneração que não dá maiores possibilidades de bem- estar para os trabalhadores e suas famílias.

É nesse setor onde se produzem os maiores graus de exploração da força de trabalho, tanto porque as atividades

estão muito afastadas dos centros urbanos (o que exige viagens longas até o local de trabalho), quanto porque esses trabalhadores não têm nenhuma possibilidade de se organizar em sindicatos para enfrentarem os freqüentes atropelos de seus empregadores, e dessa forma melhorarem a relação trabalhista.

Em 1988, 80% dos trabalhadores do setor não pertenciam a nenhum tipo de organização e estavam expostos ao arbítrio dos patrões, eram obrigados a trabalhar até 16 horas ao dia, por salários mínimos, a viver em condições sub-humanas, com implementos mínimos de segurança: os "*escravos modernos*", a outra cara do chamado "Boom Florestal".

Cabe mencionar a questão dos acidentes no trabalho florestal, setor que apresenta os níveis mais altos de acidentabilidade (a taxa de acidentabilidade corresponde ao número de acidentes ocorridos em um ano, por cada cem trabalhadores). Isso pode ser devido a que o grande esforço exigido aos trabalhadores causa seu esgotamento e portanto, índices tão altos de acidentes. Os operários tentam cortar tanta madeira quanto for possível durante longas jornadas de trabalho, em detrimento de sua própria segurança. Conforme informações providenciadas pelos dirigentes morrem 15 trabalhadores ao ano em acidentes trabalhistas.

Disso tudo surge que o setor florestal é um setor excludente, que não gera desenvolvimento, que está emoldurado na lógica do modelo neoliberal que só visa se consolidar e se perpetuar obedecendo à consciência e aos interesses de classe que o norteiam.

Extraído e adaptado de: "Los cambios socio-espaciales producidos por la explotación forestal en la región del Bio-Bio, particularmente en la comuna de Mulchen", de Juan Luis Muñoz L.. Tese para se formar como Licenciado em Educação, Menção História e Geografia, Universidade de Concepción. O relatório na íntegra está disponível em: http://www.wrm.org.uy/paises/Chile/Tesis_Munoz.pdf

início

- Costa do Marfim: floresta dos Pântanos de Tanoé está sendo destruída pelas plantações de dendezeiros da Unilever/Palm-Ci

A Floresta dos Pântanos de Tanoé no departamento de Adiaké é o último bloco remanescente de floresta no canto do sueste da Costa do Marfim e se estende em uma área que tem sido classificada pelos expertos em conservação como, entre outras características, de alta importância para a conservação de mamíferos e pássaros, e de muito alta importância para a conservação de ecossistemas de água doce. É considerada uma Floresta de Alto Valor e um refúgio fundamental para primatas como o macaco colobo vermelho de Waldron (*Ptilocolobus badius waldroneae*) ameaçado de extinção, o mono de rolway (*Cercopithecus diana rolway*) e o mangabei da nuca branca (*Cercocebus atys lunulatus*).

Os pântanos da Floresta de Tanoé tem atuado até agora como um poderoso "escudo" que tem protegido a floresta de maiores agressões. A floresta se estende ao longo das subprefeituras de Noah, Nouamou e Tiapoum, e os povoados vizinhos de Kongodjan Tanoé, Kadjakro, Yao-Akakro, Kotouagnouan, Dohouan, Atchimanou, Saykro e Nouamou. Os povoadores a consideram como sua reserva de recursos de pesca, medicinas e alimentos. (1)

Desde fevereiro de 2008, a companhia de azeite de dendê PALM-CI tem começado a destruir esse centro de biodiversidade de 6.000 hectares para transformá-lo para plantações de dendezeiros. Atualmente está construindo sistemas de drenagem na periferia e uma vez que a estação das chuvas acabe, eles têm a intenção de cortar rente toda a floresta.

Se a Floresta de Tanoé for destruída, as três espécies de primatas –bem como muitas espécies de plantas- quase com certeza vão extinguir-se globalmente e grandes volumes de dióxido de carbono serão liberados das florestas de pântanos ricas em carbono.

Os sistemas de drenagem estão sendo construídos para produzir viveiros de mudas de dendzeiros em aproximadamente 5 hectares de terra entre Kongodjan Tanoé e Kadjakro –uma situação que de acordo com muitos observadores, pode fazer surgir outro conflito sobre a terra em breve no departamento de Adiaké, já que as comunidades locais têm dito que estão dispostas a defender a integridade da floresta.

A Unilever –uma das principais marcas do mundo de alimentos e cuidado pessoal- tem sido um investidor de longo prazo na PALM-CI e está representada na diretoria da companhia. São partes interessadas em uma joint venture, a Newco, que é a principal cliente da PALM-CI. A Unilever se apresenta a si mesma publicamente como a “responsável” da companhia de azeite de dendê, sendo presidente da Mesa Redonda sobre Azeite de Dendê Sustentável (*RSPO*). Anuncia que tem a intenção de comprar apenas azeite de dendê certificado como sustentável e até tem dito recentemente que apoiará uma moratória sobre a destruição das florestas tropicais e turfeiras na Indonésia. São as florestas tropicais da África menos importantes para a Unilever que as da Indonésia? (2)

Apesar dos anos de participação no *RSPO* e proclamações sobre “sustentabilidade”, até agora a Unilever não tem deixado de comprar azeite de dendê produzido em terras desmatadas, turfeiras secadas ou à custa das comunidades e da produção de alimentos. A Unilever continua obtendo lucros da expansão das monoculturas de dendzeiros que são intrinsecamente insustentáveis e o azeite de dendê certificado “é esverdeamento injustificado”. (3)

Artigo baseado em: (1) “Adiaké: 6000 ha de forêt menacés de disparition”, Moussa Touré, <http://news.abidjan.net/article/?n=294294>; (2) “Action Alert: Unilever Threatens Côte d'Ivoire's Primary Rainforests, Showing Promises of ‘Sustainable’ Palm Oil Meaningless”, Por Rainforest Portal, <http://www.rainforestportal.org/> e Climate Ark, <http://www.climateark.org/>, 2 de junho de 2008; (3) “Rainforest alert”, Rainforest Portal, 2 de junho de 2008, http://www.ecoearth.info/alerts/send.asp?id=ivory_coast_oil_palm

início

- Indonésia: matança pela Perhutani nas plantações de teca em Java oriental – uma noção duplamente corrompida de manejo florestal conjunto

A companhia pública Perhutani se gaba de ter “uma das maiores percentagens de plantação de florestas no mundo” (<http://perhutaniproducts.com/>) com uma área de terras de 2.426.206 hectares em Java e na Ilha Madura da Indonésia.

Também possui o triste recorde de ter prejudicado ou destruído seriamente bem mais da metade das ‘florestas do estado’ de Wonosobo em Java Central (ver Boletim do WRM N° 96).

Além disso, tem adquirido mais notoriedade recentemente por matar povoadores da margem da floresta das plantações de teca nos setores Madiun e Bojonegoro da Perhutani.

Lidah Tani, uma ONG local baseada em Blora, Java Oriental, Indonésia, que apóia os granjeiros da floresta emitiu uma carta de protesto denunciando que:

“Yaimin foi assassinado a tiros pelas forças de segurança da floresta nas plantações de teca no setor Madiun da Perhutani na terça-feira, dia 6 de maio de 2008. Ele foi ferido com 4 impactos de bala no peito. Ele era suspeito, com outras pessoas, de estar envolvido em atividade madeireira ilegal.” Seus amigos negam a acusação, mas além disso, Lidah Tani argüi com certeza: “Quatro balas para um homem!”

A carta lembra que: “Menos de duas semanas antes, em 23 de abril de 2008, três pessoas que procuravam madeira nas plantações de teca da Perhutani no setor de Bojonegoro também receberam tiros. Duas delas morreram e uma

delas está ainda em uma situação crítica.”

Essas pessoas mortas pertenciam a comunidades que eram as proprietárias originais da terra de florestas que foi apropriada há mais de cem anos pelos holandeses e nunca retornou para elas. Depois disso, a Perhutani assumiu o controle da floresta e estabeleceu plantações de teca, privando os granjeiros da floresta de seus meios de vida.

Recentemente, a Perhutani tem promovido vigorosamente seu programa de Manejo Florestal Conjunto como meio de envolver as comunidades no manejo e proteção das florestas. No entanto, a ONG local indonésia se pergunta: “É manejo conjunto o termo apropriado quando a companhia florestal se tem apropriado do controle das florestas comunitárias?”

As pessoas que têm vivido em comunidades nas florestas durante gerações, baseando-se na agricultura de subsistência, criação de gado, e colheita de frutas e produtos da floresta não madeireiros como mel, resina e fibra se transformaram na força de trabalho para preparar a terra e plantar e cuidar das as árvores para que a Perhutani possa colher a madeira de suas plantações de teca.

O significado do manejo florestal conjunto tem sido duplamente corrompido, porque as plantações de monoculturas de teca não são de nenhum jeito florestas biodiversas e porque o manejo conjunto está longe de implicar o assassinato de membros da comunidade da floresta.

“Qual é o significado de ‘manejo conjunto’ quando a Perhutani mata pessoas a tiros para proteger as florestas e os membros da comunidade são suas vítimas?”, pergunta Lidah Tani na carta de protesto. A organização denuncia que supostamente para proteger bens do estado, a Perhutani e seus guardas florestais “Atiram para as pessoas dos povoados nas margens das florestas, que são pobres e oprimidos e as matam”. Os antecedentes criminais da companhia desde 1998 são 31 mortos e 69 pessoas que receberam pancadas ou tiros dos guardas florestais.

Lidah Tani exige: “que seja feita justiça. Os perpetradores de assassinatos e violações aos direitos humanos devem ser buscados, ajuizados e receber sentenças apropriadas. Fazemos um chamamento a todas as partes para deter todas as formas de violência e para um sistema de proteção das florestas sem armas. Exortamos todos os grupos de granjeiros e organizações comunitárias para deter todas as formas de cooperação com a Perhutani. A partir de hoje! Não esperem pela próxima vítima!”

Artigo baseado em “Letter of Protest About Killings of Villagers From the Forest Fringe by Perhutani”, disponível em http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Killing_Villagers.html

[início](#)

- Uganda: milhares de nativos despejados do Parque Nacional Monte Elgon, certificado pelo FSC

Em fevereiro de 2008, a Autoridade para a Vida Silvestre (UWA) e as forças armadas da Uganda expulsaram mais de 4.000 pessoas das comunidades Benet e Ndorobo que habitam o Parque Nacional Monte Elgon na Região Leste da Uganda. As casas e as lavouras foram destruídas, o gado foi confiscado e as pessoas que ficaram sem-teto se refugiaram onde puderam: em cavernas e sob as árvores. Os mais afortunados permaneceram em uma escola primária ou se mudaram para a casa de parentes.

O despejo dos Benet começou dez dias antes de Annick Van De Venster, uma turista belga, receber um disparo e morrer no Parque Nacional Monte Elgon. Conforme a UWA, que é a responsável pela administração dos parques nacionais na Uganda, os responsáveis foram uns ladrões de gado. O diretor ejecutivo da UWA, Moses Mapesa disse, “Acreditamos que quem atirou ao grupo de turistas os confundiu com um acampamento rival de ladrões de gado”

A UWA usou a trágica morte da turista no Monte Elgon como uma desculpa para a expulsão dos Benet. O diretor executivo da UWA, Moses Mapesa, acrescentou, "Depois desses incidentes, a UWA achou que era prudente abordar a questão da invasão do parque, considerada completamente ilegal já que os limites do parque tinham sido redefinidos em 2002". Mapesa alegou que o despejo estava "sendo realizado humanamente". Ele não explicou que a forma em que as pessoas foram enxotadas de seus lares e deixadas sem nada não se corresponde com agir "humanamente".

De fato, os Benet têm o direito legal de viver no Parque Nacional Monte Elgon. Em outubro de 2005, a Suprema Corte da Uganda em Mbale sentenciou que os Benet eram "os habitantes naturais e históricos" de partes do Parque Nacional Monte Elgon. A decisão afirmava que deveria ser permitido que os Benet "desenvolvessem suas atividades agrícolas" nas áreas que historicamente tinham reclamado.

Mas o integrante da UWA, Joshua Masereka, chefe do Parque Nacional Monte Elgon, ignora a decisão. "Sempre temos dado aos Benet tempo para desocuparem o local. Não precisamos deles dentro do parque", ele disse.

"Esse descaso do poder das cortes é o que faz com que o acesso à justiça para as comunidades pobres e marginalizadas da Uganda seja inatingível," disse Chemisto Satya, gerente de programas da ActionAid Uganda. A ActionAid solicitou que o governo providenciasse ajuda imediata às pessoas despejadas a través de seu Ministério de Prevenção de Desastres.

O Parque Nacional Monte Elgon está certificado como bem manejado pelo sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC). É óbvio que o fato de o parque nacional estar certificado pelo FSC não tem ajudado em nada o povo indígena Benet.

A SGS Qualifor, o órgão certificador que emitiu o certificado FSC para o Monte Elgon, tem conhecimento da decisão da Suprema Corte que reconhece os Benet como habitantes históricos e naturais do Monte Elgon. "A UWA aceitou a decisão da Corte no caso da tribo Benet e se comprometeu a não agir contra eles até ser encontrada uma terra alternativa (assim reconhecendo e respeitando seus direitos)", afirma o Resumo Público do Relatório de Certificação da SGS Qualifor 2007.

Mas quando a UWA despejou os Benet em fevereiro deste ano, não se preocupou por encontrar uma "terra alternativa". Em maio, um grupo de cerca de 100 pessoas que tinham sido despejadas do Monte Elgon acamparam nos arredores do Parlamento em Kampala, solicitando que o governo lhes alocasse um território. Um mês depois, Nelson Chelimo, o presidente do distrito de Kapchorwa, próximo a Monte Elgon, disse que era necessária a ajuda urgente de alimentos para salvar as vidas de mais de 1000 pessoas do povo Benet. "As pessoas não têm nem alimentos nem refúgio depois de terem sido despejadas pela Autoridade para a Vida Silvestre e o exército," disse Chelimo em uma declaração.

Aliás, o Princípio 3 do FSC, que diz respeito aos Povos Indígenas, não dá aos administradores das florestas o direito de despejar os Povos Indígenas se "uma terra alternativa pode ser encontrada", como sugere a SGS Qualifor em seu Resumo Público. O Princípio 3 afirma que "Os direitos legais e consuetudinários dos povos indígenas a possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos será reconhecido e respeitado." Portanto, a UWA estaria em conformidade com o Princípio 3 se reconhecesse e respeitasse os direitos dos Benet a "possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos".

Ao despejar os Benet do Parque Nacional Monte Elgon, a UWA demonstrou que não tem nenhum interesse em cumprir com o Princípio 3 do FSC nem com a afirmação significativamente mais débil da SGS Qualifor que a UWA só despejaria os Benet se "uma terra alternativa pode ser encontrada". A UWA arrancou os Benet para fora do parque nacional e os deixou sem terra nem lar.

No próximo mês, a SGS Qualifor deverá realizar uma auditoria do Parque Nacional Monte Elgon. Desta vez, a SGS Qualifor não tem outra opção a não ser admitir que o despejo dos Benet do Parque Nacional Monte Elgon descumpra o Princípio 3 do FSC. Pelo simples motivo de o manejo do parque nacional não estar em conformidade com os Princípios do FSC sobre Povos Indígenas, o certificado deve ser retirado.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

